

Os Bijagós:
Estrutura e Funcionamento do Poder

Nota sobre os co-autores

Fernando Leonardo M. Cardoso, investigador do INEP, é Mestre em História e Ciências Sociais pela Universidade de Varonej (Ex-União Soviética). Publicou vários artigos em revistas científicas entre 2000 e 2006 e realizou mais de uma dezena de consultorias e estudos, designadamente sobre a Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama/Bijagos e sobre a gestão de terras e resolução dos conflitos fundiários nos Bijagós.

Honório Fernandes Pereira nasceu em Eiticoga, ilha de Orango Grande, Guiné- Bissau. É «Maestro Primário» pelo Instituto Pedagógico «José Marti» de Havana. Foi animador e intérprete da Casa de Ambiente e Cultura Bijagós em Bubaque. Durante muitos anos acompanhou e apoiou vários investigadores nacionais e estrangeiros na realização de estudos sobre os Bijagós. Actualmente é Director do Parque Nacional da Lagoa de Cufada.

Filipe Cardoso, jornalista, responsável pela comunicação da Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós (RBABB) e Director da Rádio Comunitária «DJAN DJAN». Tem profundo conhecedor da realidade social, cultural e política dos Bijagós, tendo apoiado investigadores nacionais e contribuído na elaboração de memórias de tese de vários investigadores estrangeiros sobre este povo insular.



Os Bijagós: Estrutura e Funcionamento do Poder

Leonardo Cardoso (Coordenação)
Honório Fernandes Pereira
Filipe Cardoso

© Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África 2008

Avenue Cheikh Anta Diop angle Canal IV
BP 3304, Dakar, CP 18524
Senegal
Website: www.codesria.org

Arranjo gráfico: Djibril Fall
Design da capa: Ibrahima Fofana
Impresso por: Imprimerie St Paul

Distribuído em África por: CODESRIA
Distribuído noutras partes: African Books Collective, Oxford, UK.
Website: www.africanbookscollective.com

ISBN: 978-2-86978-246-4

O Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) é uma organização independente, cujos objectivos principais são: a facilitação da pesquisa, a promoção de publicações baseadas em pesquisas e a criação de fóruns múltiplos em torno de troca de ideias e informação entre investigadores africanos. Ele luta contra a fragmentação da pesquisa através da criação de uma rede de pesquisa temática que transcenda as fronteiras regionais e linguísticas.

O CODESRIA tem uma publicação trimestral, a *África Desenvolvimento*, a mais antiga revista africana especializada em ciências sociais; a *Afrika Zamani*, uma revista especializada em História; a *Revista Africana de Sociologia*; a *Revista Africana de Assuntos Internacionais* (AJIA); a *Identidade, Cultura e Política: Um Diálogo Afro-Asiático*; a *Revista do Ensino Superior em África*; e a *Revista Africana de Livros*. Os resultados de pesquisa e outras actividades da instituição são disseminados através de "working papers", "Série de Monografias", "Série de Livros do CODESRIA" e através do *Boletim do CODESRIA*.

O CODESRIA gostaria de agradecer a Agência Sueca para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional (SIDA/SAREC), ao Centro Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa (IDRC), a Fundação Ford, a Fundação Mac Arthur, a Corporação Carnegie, ao Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao Ministério Holandês dos Negócios Estrangeiros, a Fundação Rockefeller, FINIDA, NORAD, CIDA, IIEP/ADEA, OCDE, OXFAM America, ao UNICEF e ao Governo Senegalês, pelo apoio concedido na realização do seu programa de pesquisa, formação e publicação.

Agradecimentos

Os nossos agradecimentos a todos quantos nos apoiaram de uma forma ou de outra e contribuíram para a realização dos trabalhos de terreno e redacção deste livro.

Queremos aqui citar

- O CODESRIA que financiou o nosso GNT.
- Os colegas Fernando Saldanha, Lázaro e Bruno com os quais, em muitas ocasiões, falamos sobre os Bijagós da Ilha de Uno.
- O Senhor Joaquim António Moscate (Cuboia) da Tabanca de Bijante, da ilha de Bubaque.
- Os responsáveis do IBAP (Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas) que muito amavelmente cederam as fotografias realizadas por Petra Mae Gowen.
- Os colegas do INEP que leram e deram suas sugestões a respeito do trabalho.

Dedicatória

À memória de Augusto Oncampo Mendes, Oronhó da Tabanca de Bijante (Bubaque), Augusto Cória, Oronhó da Tabanca de Bruce (Bubaque) e Tio Ocha, Oum da Tabanca de Bijante.

Índice

Nota sobre as co-autores	ii
Agradecimentos	v
Dedicatória	vi
Abreviaturas	viii
1. Introdução	1
Metodologia	2
2. Fontes	5
3. Origem e povoamento	11
4. Ordenamento do território	13
5. A organização social	17
O indivíduo e a sociedade	17
As classes de idade	19
As linhagens	21
O casamento e a família	23
A iniciação	26
6. A Organização política	29
Estruturas e formas do poder	30
Competências essenciais dos órgãos de poder	35
A sucessão política e a alternância do poder	37
Relacionamento com o poder local do Estado	39
Considerações finais	40
Ilustrações	43
Notas	53
Bibliografia	55

Abreviaturas

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
CODESRIA	Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África
ONG	Organizações Não Governamentais
BCCP	Boletim Cultural da Guiné Portuguesa
BOGP	Boletim Oficial da Guiné Portuguesa
CEGP	Centro de Estudos da Guiné Portuguesa
RBABB	Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós

1

Introdução

Este trabalho surge como resultado de alguns anos de vivência e de pesquisa no arquipélago e, ao mesmo tempo, de uma necessidade manifesta de dar resposta à grande ausência de estudos realizados por Bijagós sobre eles mesmos. Tendo-se aberta uma janela, no quadro da iniciativa de apoio e dinamização de actividades de pesquisa, por Grupos Nacionais de Trabalho nos países lusófonos, lançada pelo Codesria, não hesitamos em traduzir em acção concreta aquilo que vinha sendo a nossa preocupação. Ao respondermos assim a esta iniciativa quisemos dar continuidade às acções de colaboração que sempre existiram entre o INEP e o Codesria, relações marcadas, entre outras demais acções, por contactos e troca de informações permanentes, pela realização de uma publicação conjunta resultante do Colóquio Internacional sobre a Construção da Nação em África, do Colóquio sobre Liberdades Académicas e ainda de um atelier sobre Metodologia em Ciências Sociais, organizado em Bissau, por intenção de investigadores de países falantes do português.

Embora não pretenda espelhar todas as discussões teóricas à volta da problemática do poder dito tradicional, ele analisa, contudo, os pormenores relacionados com o tipo de organização política nos Bijagós. Os autores pretendem, sobretudo, trazer à consideração dos estudiosos alguns elementos acumulados ao longo de anos, assim como outros que se preconizaram com este trabalho, entre os quais fazer alguns esclarecimentos à volta de conceitos como o *manrass*, o *kabungha* e outros fenómenos sócio-culturais.

Os trabalhos de terreno deverão demonstrar a relação existente entre a socialização do indivíduo e a sua integração no sistema político, ou seja, entre o indivíduo, a sociedade e o poder.

Em muitos casos, os autores deste texto constituem a fonte de informação devido à pertença étnica da sua maioria e ao seu nível de integração na comunidade e, ainda, devido à sua longa vivência no meio.

Sem estas condições não seria possível o acesso a muitos detalhes referidos no texto, devido ao secretismo que envolve esta problemática.

O trabalho está estruturado à volta de cinco pontos essenciais, designadamente as fontes que incluem uma revisão bibliográfica, a origem e o povoamento, o ordenamento do território, a organização social e, finalmente, a organização política.

Depois de um percurso pelas fontes e por um conjunto de obras publicadas, onde são abordados alguns elementos que servem de apoio aos actuais trabalhos de pesquisa sobre os Bijagós, bem como alguns assuntos abordados nas diversas obras publicadas em distintos períodos de tempo, entra-se no capítulo concernente à origem e ao povoamento. São apontadas as diferentes origens que se atribuem aos Bijagós e às diferentes zonas de povoamento. Fala-se do povoamento do arquipélago a partir dos primórdios da sua história até aos períodos mais recentes, realçando os diferentes movimentos que se operaram, acabando por influenciar, de uma maneira ou de outra, a estrutura demográfica e a vida económica da população.

O agrupamento das ilhas e a organização social mereceram uma atenção particular enquanto elementos-chave para a compreensão da estrutura e do funcionamento do poder político. No capítulo relativo à organização social, merecem atenção as questões relativas ao papel que cabe tanto aos homens como às mulheres, aos jovens rapazes e às raparigas.

A constituição da família, as classes de idade, as linhagens e a iniciação são analisadas, ainda que de forma muito breve, mas estritamente necessária, para compreender os factos relacionados com o acesso, o funcionamento e a estrutura do poder.

Finalmente e como último ponto, a organização política, razão e objectivo principal deste trabalho, é abordada nas vertentes que acabamos de referir, ou seja, nos aspectos relacionados com a estruturação, o funcionamento e as formas do poder nas ilhas de Bubaque, Uno e Orango-Grande. São feitas referências aos diferentes actores que intervêm no sistema político, às instâncias de decisão e às suas competências essenciais. A problemática do acesso ao poder e da sucessão mereceu igualmente uma atenção especial assim como o relacionamento entre este poder e as autoridades representativas do poder local do Estado. O nosso estudo decorre nos limites de um espaço situado entre os 10° 36' e 11° 37' de latitude Norte e entre os 15° 36' e 16° 29' de longitude Oeste, e é constituído por 88 ilhas e ilhéus classificados em três tipos: grandes, médios e pequenos. As grandes ilhas diferem das médias não necessariamente pela extensão do seu território, mas fundamentalmente pelo facto de terem pelo menos uma tabanca permanentemente povoada e estas não. As médias,

Introdução

por sua vez, diferem das pequenas por serem povoadas sazonalmente, durante as épocas agrícolas, enquanto que as pequenas estão despovoadas. São os chamados ilhéus¹.

O arquipélago apresenta uma densidade populacional muito baixa, a mais baixa de todo o país, estimada em 10 habitantes/ km², de acordo com os censos populacionais de 1979 e de 1991². Estes censos confirmaram a tendência verificada nos censos anteriores segundo a qual a população encontra-se em constante declínio³, o que consideramos dever-se fundamentalmente à sua emigração para o Sul e para Bissau em busca de um outro tipo de vida.

Esta situação caracterizada, por um lado, pela existência de uma grande quantidade e variedade de recursos e, por outro, por uma população muito reduzida, vai influenciar o relacionamento que se estabelece entre eles, isto é, entre o Homem e esses mesmos recursos. Este relacionamento é igualmente influenciado pelas relações sociais vigentes que estabelecem normas de exploração dos diferentes recursos bem como pelo sistema de organização política segundo o qual existe um responsável a quem compete o papel de legitimação do direito de exploração temporária de uma parcela de terra por esta ou aquela família.

Metodologia

Da concepção à execução deste estudo, visando um melhor conhecimento do sistema de organização e do funcionamento do poder nos Bijagós, as exigências de ordem metodológica foram várias de modo a que satisfizessem, por um lado, a multiplicidade e, por outro, a complexidade dos diferentes órgãos do poder assim como o relacionamento existente entre as pessoas que integram essas estruturas. É esta particularidade, intrínseca a este tipo de sociedades, onde os indivíduos pouco se diferenciam entre si e cujos valores assentam na tradição e no respeito pelo colectivo, que ditou que, a cada passo e em cada circunstância, fossem utilizados métodos que mais se adequassem à realidade. Ao longo de todo o estudo teve-se em consideração a dinâmica das estruturas do poder, sobretudo no que diz respeito às relações que se estabelecem entre elas enquanto componentes de um mesmo sistema.

Uma das primeiras preocupações foi a de estabelecer as bases comuns de entendimento da problemática do estudo entre todos os membros do Grupo Nacional de Trabalho. Estes primeiros passos, que no fundo ditaram o sucesso das pesquisas, foram marcados pela definição das etapas do estudo e ainda pela distribuição das tarefas e responsabilidades de cada um. Este procedimento revelou-se-nos importante sobretudo porque estavam três realidades em estudo – Bubaque, Uno e Orango-Grande.

Os Bijagós: Estrutura e Funcionamento do Poder

Depois de um percurso pelas distintas fontes e passada em revista a enorme bibliografia existente, foi então possível passar para a fase das entrevistas exploratórias, que viriam a culminar com a elaboração de um guião que serviu de orientação aos trabalhos posteriores. Os encontros periódicos que foram sendo efectuados, os ateliers realizados com a participação de outros investigadores e curiosos contribuíram significativamente para melhorar e reorientar algumas das pistas de estudo definidas. Houve vários encontros e discussões com jovens e adultos pertencentes a diferentes classes de idade, com interesses e conhecimentos diferentes da realidade do arquipélago. Os encontros estiveram, em alguns casos, orientados por entrevistas mais ou menos estruturadas, e noutros tiveram um carácter um tanto ou quanto livre e espontâneo. Valeram muito os conhecimentos e a experiência acumulados ao longo de muitos anos de exercício de várias actividades nas ilhas. Porém, o que mais valeu foi o facto de dois dos três membros do grupo de trabalho serem Bijagós e de terem passado por várias fases de iniciação, facto que abriu a porta para várias questões.

A natureza do estudo permitiu conciliar vários métodos de trabalho e destacam-se aqui a observação que foi possível fazer ao longo de todo o tempo de permanência no terreno e as conclusões a que chegámos em relação a muitos factos. O saber olhar e ver, a calma, o saber escutar, o saber esperar pelas melhores oportunidades, a paciência e a perseverança foram as grandes armas utilizadas durante todo o estudo.

2

Fontes

As fontes para o estudo dos Bijagós são várias pela sua natureza, origem e época em que foram produzidas. Classificam-se em escritas, orais, etnográficas, cartográficas, iconográficas e outras, fornecendo cada uma delas, diferentes tipos de informação mas que chegam, em certas circunstâncias, a ser complementares. Estas fontes, pelo facto de serem diferentes, mereceram tratamentos diferentes a fim de evitar erros de interpretação ou de juízo.

As fontes documentais escritas, que serão objecto de uma primeira abordagem sobre os Bijagós, de um modo geral, têm a ver com o conjunto de crónicas e registos deixados tanto por navegadores e comerciantes portugueses, espanhóis e cabo-verdianos como por missionários clérigos, que tinham a tarefa de evangelizar os povos africanos, ou ainda por administradores coloniais, entre os séculos XV e XIX. Este facto levanta algumas questões e convida-nos a uma leitura cuidadosa das mesmas na medida em que as motivações e os interesses dessas pessoas eram diferentes, as suas formações não eram as mesmas, os períodos em que retrataram os factos também eram diferentes e com intervalos que vão até centenas de anos, períodos durante os quais várias mutações se podiam operar no conjunto dos elementos e das realidades descritas. As fontes primárias sobre os Bijagós, que aparecem sob as mais diversas apelações, são as crónicas, as descrições e os apontamentos deixados por autores como Luís de Cadamosto (1455-1456), André Álvares de Almada (1594), Manuel Álvares (1616), André Donelha (1625), Francisco Lemos Coelho (1669-1684), Jean Baptiste Labat (1728), Silvain M.X. Golberry (1802) entre muitos e muitos outros com importância capital⁴.

Para além destes, há a referir os textos dos diferentes acordos celebrados com os nativos, confirmando a soberania portuguesa sobre o território ou ainda os alvarás e outras licenças, autorizando às companhias de navegação a realização do comércio nos Rios da Guiné.

São documentos cronologicamente situados entre os séculos XV e XIX, por conseguinte relacionados com a distribuição geográfica dos povos que os navegadores, viajantes, exploradores e missionários cristãos encontraram ao longo da costa africana durante as suas viagens e estadias, com os seus hábitos e costumes, documentos sobre o relacionamento entre eles, sobre as guerras inter-étnicas, etc. Enfim, documentos que contêm toda a história antiga dos Bijagós e o seu relacionamento com os outros povos e etnias.

A cartografia antiga representa um outro tipo de fonte para o estudo dos Bijagós. São mapas traçados pelos navegadores logo a partir do momento em que começaram a seguir as rotas do Atlântico. Eram documentos orientadores que continham a localização dos povos e das localidades por onde passavam. Nos mapas traçados entre o Cabo Verde e o Cabo da Verga mais ao sul, num período compreendido entre 1468 e 1500, alguns dos quais anónimos, podemos encontrar indicações sobre as ilhas do arquipélago que aparecem com o nome de Buam, Boam, Bigao e Boguba.

Para além destas já mencionadas fontes escritas e cartográficas, as fontes iconográficas, representadas pelas pinturas nas paredes das casas, fornecem vários elementos para o estudo da fauna do arquipélago bem como da mitologia dos Bijagós muito relacionada com espécies animais marinhas (peixes e hipopótamos) e terrestres (o touro). Mais ainda, as fontes desta natureza fornecem elementos de estudo sobre a indumentária de dança dos diferentes grupos de idade e sobre o modo de vida dos Bijagós, de um modo geral. Não menos importantes são as revelações das fontes etnográficas

Porém, com o acima exposto não ficam esgotadas as fontes para o estudo dos Bijagós. Apesar da sua relativa fragilidade em termos de duração e de homogeneidade, o que obriga a um tratamento deveras cuidado, muito frequentemente os estudiosos fazem uso das fontes orais.

São várias as lendas e os contos sobre a sua origem, sobre a relação entre as diferentes linhagens, os mitos à volta do aparecimento do Homem no Arquipélago, sobre as migrações e ainda sobre a sua relação com as etnias do continente. Quando solicitados, muitos homens grandes não hesitam em falar das suas proezas nas guerras contra a ocupação do arquipélago e mais concretamente de Canhabaque, ou da crueldade da tropa portuguesa durante esse período.

As fontes orais continuam a ser muito utilizadas nas investigações sobre a organização e estrutura social e política, apesar de muito se ter escrito sobre o assunto, há já séculos. As revelações quando não são contraditórias, dependendo da interpretação, são, em alguns casos, diferentes ou complementares.

As fontes primárias não fornecem muitos elementos relacionados com a estruturação do poder mas pode-se, contudo, encontrar algumas referências em escritos e estudos posteriores sobre os quais são feitas referências mais à frente.

Pelo que acaba de ser referido em relação ao conjunto de documentos existentes, é de concluir que há já mais de meio milénio que navegadores e especialistas, representando várias correntes e ramos das ciências sociais e exactas, vêm escrevendo acerca dos Bijagós. Contudo, são poucos os estudos realizados e publicados por investigadores guineenses e muito menos ainda por estudiosos pertencentes à etnia bijagó, o que está na base de algumas controvérsias e diferenças de opinião, sobretudo no que concerne à interpretação de determinados fenómenos sociais e culturais. Refere-se à leitura que se faz do sistema do poder, das diferentes fases de iniciação, da existência ou não do matriarcado e do papel da mulher na vida da comunidade.

Em função do tempo em que foram produzidos, os trabalhos podem ser agrupados em distintos blocos:

No primeiro bloco, são incluídos todos os trabalhos que apareceram com informações sobre os diferentes aspectos relacionados com a vida e história dos Bijagós, entre os séculos XV e XIX. Neles encontram-se as fontes primárias para o seu estudo assim como as obras que apareceram depois, introduzindo novos elementos de reflexão, assim como as que tiveram como base de apoio os primeiros relatos dos comerciantes e navegadores. São textos do período pré-colonial. Falam das prováveis origens, das guerras com os povos vizinhos, dos prisioneiros feitos escravos, do povoamento das ilhas, etc. São obras que, para além destes aspectos, fazem a descrição dos Bijagós, nomeadamente do seu carácter indomável, dos seus hábitos e costumes, enfim, textos que falam das suas relações comerciais com os europeus, da sua organização política e social e da sua vida religiosa, com referências sobre os seus ídolos e santuários.

No segundo bloco, alistam-se os estudos realizados no período colonial, grande parte dos quais solicitados pelo próprio governo da colónia, que se empenhara em conhecer as particularidades das etnias que viviam no território. Parte bastante significativa destes estudos encontra-se publicada no *Boletim Cultural* e noutras publicações do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Textos isolados aparecem igualmente publicados no *Ecos* (Boletim de Informação e Estatística da Colónia). A título de exemplo, citamos o trabalho "Realidades do Arquipélago dos Bijagós", de Augusto Leone, publicado no nº 12 do ano de 1951.

Do ponto de vista da disciplina científica, estes textos são unidireccionais, todos eles virados para a etnografia/etnologia.

Augusto Santos Lima (1947: 277-278) considera existirem três elementos essenciais a serem considerados na vida dos Bijagós – as *gerações*, que nós preferimos chamar *djorçons*⁵, as *categorias de idade* e a *religião*. Ele fala da existência de quatro *djorçons* que se equivalem em importância, sendo cada uma delas dona do chão a que primeiro chegou. Fala, por exemplo, da idade enquanto elemento regulador da actividade e da importância das pessoas. do agregado e diz-nos ainda que o sacerdócio puramente religioso é exercido por uma mulher, a *okinca*.

Na opinião de Teixeira da Mota (1947:129-130), este trabalho é tão importante porquanto vem pôr em causa a muito falada existência do matriarcado na sociedade bijagó, mostra a importância do casamento e desmente a tese da existência de rainhas que, no seu entender, não passavam de sacerdotisas. Muito significativas são as revelações do inquérito realizado por Domingos A. G. Alves (1946) na Ilha de Canhabaque, outrora designada Ilha Roxa. Este autor fala da tradição segundo a qual seriam parentes dos Tandas⁶ e que teriam migrado para o arquipélago, passando por Cacine, Quitáfine e Bissássema, devido à invasão dos Beafadas. Faz referências às diferenças ao nível da língua entre os habitantes de diferentes ilhas. Ainda neste mesmo período, aparece o trabalho de João Faria Leitão (1946) “Bijagós da Ilha de Formosa” que, para além de aspectos ligados à vida social e religiosa, do papel da mulher na sociedade, das cerimónias fúnebres, das guerras que se verificavam entre as diversas povoações, faz alusão aos elementos da vida material e espiritual como sejam a olaria, a escultura, a pintura e a dança. Enfim, foram realizados estudos que falam das diferentes origens que os próprios Bijagós se atribuem (saíram do continente), falam das classes de idade, das linhagens, do sistema político, dos cultos religiosos e dos ritualistas, e da posição da mulher.

Do terceiro bloco fazem parte textos mais recentes, portanto publicações feitas já no período pós-colonial. A partir deste momento, começam a aparecer memórias de tese para a obtenção de graus académicos em várias universidades. Contudo, continuam a ser poucos os trabalhos realizados por cientistas sociais guineenses.

Muito importantes foram as contribuições dadas por Christine Henry (1984, 1984-85, 1989, 1989,1989a) no estudo da sociedade bijagó, começando pelo sistema de contagem do tempo até aos vários aspectos relacionados com a sua vida social, política e religiosa, passando por um dos elementos ligados ao sistema de pensamento que é a suspeição. Christine Henry entra em alguns detalhes da organização social para falar dos diferentes ritos iniciáticos,

matrimoniais e fúnebres. Fala-nos não só do papel da *okinka* e do *oronhó*, mas de todo o sistema político com referências sobre a gerontocracia.

Do ponto de vista etnológico, muito importante é a obra do Padre Luigi Scantamburlo (1991) *A etnologia dos Bijagós da ilha de Bubaque*. Este investigador tira grandes dividendos da sua longa permanência em Bubaque ao serviço da igreja católica que aproveitou plenamente para o estudo da forma como vive e se organiza esse povo. Portanto, ele faz o retrato da sua vivência e convivência com os Bijagós, no seu próprio meio, tendo-se tornado membro de pleno direito da classe dos anciãos – os *kabunga* –, depois de se ter submetido aos rituais de iniciação.

Entre os investigadores guineenses ou ao serviço de instituições guineenses de pesquisa, deve ser mencionado em primeiro plano o nome de Raúl Fernandes, que durante mais de uma década vem se dedicando ao estudo dos Bijagós do Arquipélago, aos quais consagrou uma série de artigos publicados na Revista de Estudos Guineenses do INEP, *Soronda*. Em 1983/84, havia apresentado a sua tese para a obtenção do grau académico de DEA na Universidade de Paris VIII, com o título “ *La problématique du changement de la structure familiale chez les Bidjogos* ”. Nela, numa primeira parte, faz a contextualização histórica dos Bijagós, evocando a sua origem, a mobilidade dos Homens, as guerras e o comércio de escravos e mercadorias, as armas e as embarcações e as transformações operadas na sociedade. Ao longo deste trabalho, no período que ele apelida de colonial, fala-nos da “Questão de Bolama”, das relações sociais e da divisão do trabalho e ainda das classes de idade.

Nesta breve resenha, tal como foi referido acima, deve-se salientar a grande ausência de estudos realizados e publicados por investigadores guineenses e em particular bijagós, estudos que eventualmente podiam contribuir para um melhor conhecimento do Arquipélago e do povo que hoje o habita.



3

Origem e povoamento

Muitas opiniões e hipóteses sobre origem dos Bijagós, sobre as quais serão feitas referência mais à frente, foram avançadas, não existindo, todavia, uma que possa ser tomada como a mais válida e precisa. Na fase actual das investigações que se espera prosseguir por mais tempo, não podem ser feitas afirmações concludentes nem sobre a sua origem, nem sobre o período exacto em que povoaram o Arquipélago. Uma coisa porém é certa: o Arquipélago não é o berço dos Bijagós.

A julgar pelas referências feitas por comerciantes e navegadores ao serviço da Coroa portuguesa, o arquipélago, outrora terra firme, teria sido primeiramente povoado pelos Bijagós e, muito tempo depois, por outras etnias. Os Bijagós, de acordo com Fernando Rogado Quintino (1969: 886), são considerados, com base em alguns traços culturais, um produto do cruzamento de um antigo povo com vários grupos, principalmente quatro:

- a) Com os fixados em Bissássema, aparentados com os Nalus;
- b) Com os fixados no Quínara, aparentados com os Beafadas;
- c) Com os fixados na ilha de Bissau, aparentados com os Papéis;
- d) Com os fixados na Costa de Baixo, aparentados com os Manjacos.

Sobre esta teoria é de fazer reparar que o seu mentor fala do cruzamento de um antigo povo sem, no entanto, referir que povo em concreto. Muito original se apresenta uma outra teoria desenvolvida pelo mesmo autor segundo a qual o grupo étnico bijagó possui traços culturais que se assemelham aos dos povos do Próximo Oriente. Ele escreve argumentando: “Há esculturas e pinturas encontradas em túmulos faraónicos bastante expressivas da similaridade [...] pintura que é duma semelhança flagrante com uma pintura rupestre descoberta por Henri Lotte nos montes Tassili [...] Dificilmente se pode aceitar como produto de mero acaso uma tão sugestiva similaridade” (1966: 20).

A propósito ainda da origem, Lemos Coelho, citado por Teixeira da Mota (1947: 20), fala dos Bijagós como sendo, primeiramente, povoadores do Quínara, que depois foram repelidos pelos Beafadas.

A história oral encontra-se todavia mal explorada e, tanto quanto se sabe, apresenta-se muito pouco precisa e pouco esclarecedora. Os Bijagós dizem-se provenientes da Guiné-Conakry e consideram-se ao mesmo tempo parentes dos Nalus, dos Beafadas, dos Felupes e até dos Papéis. Não se consegue perceber de quem são efectivamente parentes ou com qual destes grupos têm maiores afinidades.

A sua origem cultural continua por definir. As crónicas e os escritos deixados pelos navegadores limitam-se a breves referências sobre a sua vida e modo de estar. Dizem que os Bijagós só sabem fazer a guerra, construir embarcações e extrair o vinho de palma (Almada, 1594).

No entanto, as diferentes hipóteses avançadas quanto à sua origem permitem concluir que eles viviam algures no continente e a partir de um dado momento, provavelmente antes do séc. XV, altura em que se produziram os primeiros contactos dos europeus com a costa ocidental africana, passaram a povoar as ilhas do Arquipélago. O povoamento teria ocorrido em períodos diferentes, sendo que umas ilhas serviram de ponto de partida para a ocupação de outras, à procura de melhores meios de subsistência.

Actualmente habitam, de forma permanente, pouco mais de vinte das oitenta e oito ilhas e ilhéus que constituem o Arquipélago. Segundo informações recolhidas junto dos mais velhos, de entidades religiosas e de fontes ligadas ao poder, algumas são habitadas periodicamente para fins agrícolas, caso das ilhas de João Vieira, de Rubane, de Enu, de Edana, de Roque de Ratun e demais, enquanto que outras se destinam à prática de cultos religiosos, como é o caso da ilha de Poilão, onde é empossado o régulo da tabanca de Ambeno, da ilha de Canhabaque. De acordo com o ordenamento e as normas de conservação e de gestão tradicional do território, existem varias restrições e tabus, razões pelas quais não deve haver vida humana, de forma permanente, em toda a parte. Há ilhéus e/ou parte de ilhas onde não é permitido ter relações sexuais, caso da ilha de Cute, do ilhéu de Manassa, da ilha de Poilão, da Ponta de Amesso na ilha de Onhucomo, das ilhas de Papagaio e Maramba, etc. Há outras em que não pode haver derramamento nem de sangue humano nem de animal, por exemplo no ilhéu de Quai e na ilha de Angurma. Há ainda algumas que são vedadas às pessoas não iniciadas, como é o caso dos ilhéus de Amepata e Ebenuga. Na ilha de Rubane, onde actualmente foram construídos dois acampamentos turísticos, não pode haver moradias bijagós permanentes. Os mortos não podem aqui ser enterrados⁷.

4

O ordenamento do território

As ilhas encontram-se agrupadas sob diferentes formas, ou seja, na base de diferentes critérios. Do ponto de vista político-administrativo formal, elas estão agrupadas em quatro sectores administrativos: Bolama, Bubaque, Uno e Caravela. No entanto, para além destes limites puramente administrativos, existe um agrupamento de acordo com as afinidades culturais e linguísticas. À luz deste critério, as ilhas distribuem-se por cinco zonas, sem contar com Bolama.

1. Bubaque e Canhabaque
2. Soga e Galinhas
3. Orango, Orangozinho, Canogo, Meneque, Imbone, Unhocomo, Unhocomozinho, Uno, Uracane, Eguba
4. Formosa
5. Caravela, Caraxe, N'ago, Tcheden-a⁸.

Tendo em conta que as divisões políticas e administrativas são por vezes subjectivas e arbitrárias, e que os princípios de agrupamento segundo as afinidades culturais e linguísticas podem ser mal fundados, pouco funcionais e até pouco coerentes do ponto de vista sócio-cultural e político, a organização e gestão de espaços com base no respeito pelas unidades políticas de base apresenta-se como a melhor opção apesar de as estruturas políticas e administrativas implantadas terem, em alguns casos, sobreposto e/ou perturbado o normal exercício dos poderes tradicionais.

No entanto, uma vez que se trata apenas de perturbações no sistema de funcionamento e nas estruturas do poder tradicional e não do seu aniquilamento, estas apresentam-se hoje em dia, e sobretudo no que concerne à gestão dos espaços culturais e das zonas de interesse económico exclusivo, como a forma e a via através da qual é possível, se não mesmo necessário, conceber a gestão do conjunto das ilhas, evitando eventuais problemas e conflitos de interesse.

Em relação à organização política e geográfica do território, algumas particularidades merecem ser realçadas.

No sistema político bijagó, a tabanca (crioulo) ou *emgba* (bijagó) – aldeia ou comunidade rural – constitui a unidade de base. Ela é autónoma e geralmente auto-suficiente nas suas actividades sócio-religiosas e económicas, sendo a forma de poder considerada mais fiel à tradição, a que permite a existência de um *oronhó* (régulo) para cada tabanca (Scantamburlo 1991: 43), com todas as suas prerrogativas.

Cada tabanca é propriedade de uma linhagem – *djorçon* (em crioulo), *kuduba* (em bijagó) – cujos poderes se podem estender e exercer em outras tabancas. Isto significa que a mesma *djorçon* pode ser proprietária – *dunu di tchon* (crioulo) e *uam-moto* (bijagó) – de várias tabancas nos limites não apenas de uma, mas de várias ilhas.

Tomemos como exemplo a ilha de Bubaque. Apesar de a *kuduba* dominante ser a *Orakuma*, nas condições normais de existência de *oronhós*, quer dizer, de um poder instituído em todas as *emgba*, enquanto unidades politicamente autónomas, ela não pode estender o seu poder às localidades de Ambanha, Tcharo ou Etimbato de Baixo, nas quais o *uam-moto* é a *kuduba* dos *Ogubane*. No entanto, os *Orakuma* da *emgba* de Bijante, em Bubaque, estendem o seu poder para uma parte da ilha adjacente de Rubane, onde têm terrenos para prática agrícola.

Na ilha de Bubaque ocorre ainda um outro fenómeno muito curioso, dir-se-ia até original. A *kuduba* dos *Orakuma* possui um segundo regulado na tabanca de Bruce. Neste caso preciso, não são os poderes do regulado de Bijante que se estendem até aos limites de Bruce, mas sim esta *emgba* (Bruce), que constitui um regulado independente, mas com menos poderes. As fontes orais às quais os investigadores tiveram acesso explicam este facto da seguinte forma: O regulado de Bijante constituiu-se após a desagregação do regulado de Bruce, tendo todos os poderes deste sido transferidos para lá. Já depois de Bijante ter reunido todas as forças e beneficiado de todos os “poderes”, aparecem novas intenções de reinstalação do regulado em Bruce. Os *Orakuma* constituíram, assim, um segundo regulado em Bruce, mas, desta feita, com menos poderes do que o anterior regulado. É assim que Bijante passou a ser o principal regulado dos *Orakuma* da ilha de Bubaque.

Desta situação não é difícil concluir que o espaço geográfico e político de intervenção de uma *kuduba* pode ser ao mesmo tempo a *emgba* ou um conjunto de *emgba* situadas numa ou em várias ilhas do Arquipélago.

Em relação às ilhas desabitadas passa-se o mesmo, aliás referências já haviam sido feitas um pouco mais acima em relação a Rubane. Todas as ilhas

desabitadas têm os seus donos tradicionais. Por exemplo, as ilhas de Cavalos, Poilão, Meio, Maju Inorei, Maju Anchorupe, Bane e Egumbane pertencem às diferentes *emgba* de Canhabaque.

As ilhas de Enu, Edana e Cute pertencem às *emgba* de Uno. Enfim, esta listagem pode ser mais extensa na medida em que as outras também têm dono, como é o caso da ilha de Quai, que pertence à Formosa, ou da ilha de Porco, que constitui propriedade da ilha de Caraxe.

Cada metro quadrado de terra tem um dono e este dono é a linhagem que primeiro a ocupou e a amanhou.

Os Bijagós, de forma individual ou familiar, não conhecem o conceito de propriedade privada de terra ou de qualquer outro recurso natural. Na lógica de pensamento do Homem bijagó, tudo quanto ele possa ter como parcela de terra ou de outro recurso, já existia antes de ele ter nascido, por conseguinte não pode apropriar-se definitivamente dela, fazer o que entender e muito menos aliená-la a favor de uma terceira pessoa, tirando disto benefícios pessoais quer sejam materiais ou financeiros. A propriedade que se exerce sobre um determinado recurso natural tem limite temporal. Pode sim, tirar benefícios pessoais ou familiares apenas durante o tempo em que se estiver a fazer uso desse bem. O que os Bijagós fazem não é mais do que o exercício do direito de uso sobre um dado recurso. Os bens são sempre colectivos, distinguindo-se, todavia, os que pertencem à linhagem daqueles que pertencem a toda a comunidade.

De acordo com os estudos que precederam a criação da Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama/Bijagós e que culminaram com a proposta do seu ordenamento, o mar pertence a todos devido à abundância dos recursos marinhos. As praias, as zonas dos mangais e outras zonas interditas não têm donos definidos e a sua exploração não se restringe a uma só tabanca.



5

A organização social

O indivíduo e a sociedade

Na sociedade bijagó rapazes e raparigas, homens, mulheres e velhos gozam de liberdades pessoais e individuais, mas devem sempre respeito aos direitos e deveres colectivos quer seja ao nível da família *iébotake*⁹, da classe de idade - *kom'mé* ou *manrass*¹⁰ (em bijagó) - a que pertencem, quer ainda ao nível da comunidade (*emgba*) no geral. A vida dos indivíduos encontra-se regida por regras sociais determinadas pelas condições do grupo, estando, por isso a colectividade acima de tudo e de todos.

Comunidades com esta forma de organização entroncam-se naquelas que Durkheim (1893) considerou serem colectividades nas quais impera uma solidariedade mecânica, uma solidariedade por semelhança, onde os indivíduos diferem pouco uns dos outros. Uma colectividade em que os seus membros se assemelham porque experimentam os mesmos sentimentos e aderem aos mesmos valores e reconhecem o mesmo sagrado.

É este princípio de relacionamento entre os indivíduos e o seu colectivo que durante séculos e séculos conferiu ao sistema de organização social dos Bijagós uma relativa originalidade. Os Bijagós, porém, à semelhança do que aconteceu a outros povos noutras partes do globo, conheceram metamorfoses sociais e, conseqüentemente, foram abandonando determinadas práticas culturais ao mesmo tempo que outras iam sendo introduzidas.

Muitos dos princípios e valores morais começam hoje a ser esquecidos, modificados e, quiçá, destruídos pelas novas gerações, fruto de contactos e de relacionamentos com outras realidades sociais. Contribuem para tal, novos valores culturais e morais tais como o individualismo, o modernismo, a moda, etc. Embora não se preveja para muito breve, as tendências actuais apontam para o rompimento paulatino e progressivo das tradicionais relações entre o

Competências essenciais dos órgãos de poder

OS UAM-MOTO

São os membros da *kuduba* proprietária da terra, no seio da qual são escolhidas as figuras que constituem e representam o poder e a autoridade. Não há nenhuma decisão que possa ser tomada a nível da comunidade sem que os *uam-moto* estejam informados ou que dêem o seu consentimento. Estão acima de todas as estruturas.

O IAKOTO/ IAKONTON

São as diferentes designações do conselho dos anciãos. Constituído não só pelos membros da linhagem dona do chão, este órgão integra, para além do *oronhó*, homens e mulheres representantes das outras estruturas do poder como sejam as diferentes classes de idade a partir dos *kabaro*, os *okandenh*, os(as) *okinkas*, os *ogonne* e os *uam manrass*. O *Iakoto* tem funções não só consultivas como também deliberativas, passando, por isso, a maioria das decisões tomadas ao nível da *kuduba*, pelas suas mãos.

O ORONHÓ

Ao *oronhó*, na qualidade de figura máxima de supervisão da vida social, política, económica e religiosa, ladeado pela *okinka* em representação das mulheres, compete:

- Receber os impostos, rendas e donativos feitos à comunidade;
- Distribuir as terras para as actividades agrícolas;
- Participar na justiça;
- Determinar a data de início do ano agrícola;
- Determinar as datas de realização dos fanados;
- Representar a comunidade em justiça e perante as autoridades formais;
- Orientar os ritos fúnebres;
- Declarar estados de emergência.

O *oronhó* é ainda o guardião do espírito protector da tabanca.

O OUM

Antes de tudo, o *oum* tem a função de assistir o *oronhó* em todos os actos públicos e demais actos ligados à tradição religiosa e ao fanado tanto de homens como de mulheres. É seu conselheiro principal, seu porta-voz e porta-voz de toda a comunidade.

Tem como competências:

- Convocar o conselho de anciãos;
- Assegurar o papel fundamental de comunicação nas cerimónias de fanado dos homens e das mulheres.

O UAM-MANRASS

É uma figura que existe em todas as ilhas onde existem florestas de *manrass*, mas cuja importância é sentida sobretudo quando se prepara a reclusão dos jovens. Ele aparece como alguém que detém muito poder. Na ilha de Uno, devido à ausência do *oronhó*, ele aparece com muito peso ao nível da comunidade.

OS OKANDENH/ ORI-ETIBENE

Os *okandenh* (homens e mulheres) integram o conselho de anciãos e têm um mandato vitalício. São escolhidos por *okandenh* mais velhos, entre pessoas com aptidões para a liderança, em todos os grupos etários. No entanto, apenas aos *okandenh* das classes de idade a partir dos *kamabi*²³ se reserva o direito de participação nos órgãos consultivos e/ou deliberativos. Os *okandenh* assistem o *oronhó* no exercício das suas funções.

São competências exclusivas dos *okandenh*, a responsabilização pela organização e supervisão das cerimónias de preparação dos jovens e adultos para as diferentes fases de iniciação.

Havendo algum empreendimento de interesse comunitário, os *okandenh* podem reunir-se e tomar decisões sobre o tratamento a dar a essa questão. Esta decisão é comunicada posteriormente ao conselho de anciãos que, regra geral, não se opõe, mesmo não estando totalmente de acordo. No entanto, se surgirem problemas no âmbito da aplicação dessas decisões ou, por outras palavras, se as coisas derem para o torto, os *okandenh* são os únicos responsáveis e, por isso, devem responder perante a comunidade

OS OGOONÉ

Indivíduos especialmente designados entre os *okandenh* (homens e mulheres), nas sessões do *Iakoto*, segundo critérios que não são de domínio comum, porquanto sempre mantidos no segredo dos deuses. Por esta e outras razões, são pessoas muito temidas e respeitadas. São vulgarmente conhecidos por carregadores de *djongago* e, enquanto tais, é a eles a quem compete pronunciar-se sobre as causas das mortes ocorridas na comunidade.

OS ORACHI

São homens que desempenham, entre outras, as funções de acompanhantes e mensageiros das “mulheres defunto” - *orebok* (mulheres que encarnam os espíritos dos antepassados). Estes homens permanecem ligados a estas mulheres toda a sua vida e em todas as suas cerimónias. São considerados cativos das *orebok*, pois subordinam-se a elas. São eles que carregam os seus haveres aquando das cerimónias, mesmo que elas tenham que se deslocar quilómetros e quilómetros, são eles que as vigiam e protegem. É por força desta situação em relação às mulheres, que convergem em indivíduos muito próximos do círculo do poder. Este facto explica-se pelo facto de as mulheres serem detentoras de grandes poderes religiosos, poderes nos quais assenta todo o sistema político.

É, que, em relação a todos estes órgãos e formas de autoridade, existe um denominador comum que é o clã proprietário do chão. Todos os órgãos são constituídos apenas por membros da *djorçon* dona do chão, à excepção do *iakoto*, que é, como vimos acima, um órgão com funções basicamente consultivas, embora possa deliberar sobre um ou outro assunto.

A sucessão política e a alternância do poder

A análise da sociedade bijagó permitiu concluir que, apesar da hierarquização e da gerontocracia que se verifica no seu sistema político, ela não tem alternância no seu regime sucessório. O poder encontra-se nas mãos dos *uam-moto* e são eles que escolhem o *oronhó*, entidade política suprema cujo mandato deve ser vitalício, à semelhança dos outros órgãos. O poder nunca sai das mãos dos donos da terra, ou seja, da linhagem dona da tabanca. Os Bijagós apresentam a particularidade de não ter no seu seio uma linhagem considerada fidalga como a têm os Papéis, caso dos *djagras*. Cada uma das quatro linhagens a que nos referimos acima tem o seu chão, o seu território, o que significa que em cada tabanca é ela a quem compete escolher o *oronhó*, que é assistido por um Conselho.

Para além deste aspecto concernente à alternância que, como constatamos, não existe nem no interior da linhagem, nem entre linhagens, há a questão da sucessão política. Os Bijagós não conhecem outra linha sucessória que não sejam as normas estabelecidas no interior da linhagem. Aqui os sucessíveis podem ser sempre muitos, muito embora caiba aos *kabungha* escolher a pessoa mais indicada e que mais dignifique o cargo e o prestígio da tabanca. Este lugar de chefia é por vezes objecto de disputa, mas acaba por ser escolhido o pretendente que reunir maior consenso entre as classes feminina e masculina, dos anciãos e dos iniciados. Para além dos critérios prestígio e dignidade pessoal, o *oronhó* deve ser antes de tudo uma pessoa que não volta as costas ao trabalho, deve ser

iniciado, casado, ter filhos, gozar de prestígio e de autoridade entre os seus parceiros, deve ser honesto e, ainda, reunir uma outra condição um tanto ou quanto subjectiva que é a aptidão de comunicar com os espíritos dos antepassados, ou seja, ter poderes míticos e poder prever os perigos que ameaçam a comunidade.

O *oronhó* deve ser sempre membro da linhagem proprietária da tabanca, mas proveniente de uma outra zona diferente da tabanca para onde foi escolhido. Deve ser um indivíduo estranho à comunidade para a qual foi escolhido. O *oronhó* é sempre estrangeiro na sua tabanca de jurisdição. Esta condição ideal, a de o *oronhó* ser oriundo de uma outra tabanca, garante uma certa isenção no exercício das suas funções, dado que não tem relações muito íntimas com os outros membros da comunidade. Claro que, como dissemos, é uma condição ideal que nem sempre é possível de satisfazer, como já aconteceu aquando da designação do *oronhó* de Bijante na ilha de Bubaque.

Em relação à vitalidade do cargo de *oronhó*, a seguinte particularidade deve merecer a nossa atenção. Apesar de se considerar que o mandato do *oronhó* é vitalício, ele pode demitir-se do cargo, mesmo gozando de boa saúde física e mental, facto que já não verificamos em relação aos outros grupos étnicos estudados.

Quando o *oronhó* se sentir desrespeitado ou humilhado, se a sua autoridade for posta em causa ou se se verificarem casos de desobediência às suas ordens, ele pode demitir-se, facto que deve informar aos *uam-moto*, donos do chão.

Embora exista esta possibilidade, ela é quase remota na medida em que a demissão deve assumir carácter de fuga e de abandono definitivo da tabanca. Durante a fuga, com toda a sua família e haveres, o *oronhó* não pode ser visto seja por quem for. A operação deve ser executada em plena noite. Tudo quanto seja propriedade da tabanca, nomeadamente os símbolos da realeza, devem ser deixados em casa.

Se o *oronhó* for visto durante a fuga, fica anulada a sua demissão visto que ele não pode prosseguir a caminhada, devendo regressar para casa. É quase impossível a sua fuga na medida em que, a partir do momento em que ele informa o conselho da situação que o obriga a renunciar ao cargo, todos ficam com os olhos postos nele e os seus passos começam a ser seguidos.

No entanto, caso consiga organizar, com sucesso, a sua fuga, abre-se a sucessão, período durante o qual se começa a pensar na investidura de um novo *oronhó*. A sucessão não se faz de imediato pois tem que se escolher uma pessoa que reúna as qualidades requeridas e que esteja em condições de representar os interesses da comunidade. Os requisitos são sempre os mesmos, independentemente das condições que ditaram a designação do novo *oronhó*.

Ele deve ser escolhido obrigatoriamente dentro da linhagem dona da terra e de preferência ser de uma outra tabanca.

Relacionamento com o poder local do Estado

Uma breve passagem pelo relacionamento entre os representantes do poder “tradicional” e a administração local do Estado nos Bijagós revelou-se-nos necessária porquanto em várias circunstâncias partilharam o mesmo espaço geográfico, exerceram poder e influência sobre as mesmas pessoas e foram obrigados a fazer face às mesmas adversidades. Basta dizer que quando se instalou a administração colonial portuguesa já havia um poder político instituído no Arquipélago e que um diálogo se estabeleceu, independentemente da forma que ele tivesse assumido.

De acordo com os períodos, momentos históricos e contextos políticos, diferentes foram as formas de relacionamento entre as autoridades tradicionais e os órgãos representativos do poder do Estado a nível local. Vamos tomar como marco de partida o período colonial, isto é, o período que se seguiu à implantação definitiva da administração colonial. Cronologicamente, situamo-nos a partir de 1936, ano em que, em termos militares, foi definitivamente esmagada a resistência dos Bijagós contra a ocupação do Arquipélago pelos portugueses que, no entanto, já se haviam instalado na ilha de Bolama, então capital da província da Guiné.

A administração e todo o sistema político colonial baseavam-se numa aliança com os poderes e as autoridades tradicionais. Esta aliança constituía uma forma e um meio de legitimação da presença da administração portuguesa nos territórios ocupados, pois era através do poder tradicionalmente existente ou instituído que ia fazer vincar a sua presença nas comunidades rurais. Por força desta estratégia de governação, a administração colonial preocupou-se em consolidar o poder tradicional, tendo-lhe atribuído ainda maiores responsabilidades e, em certos casos, reforçar as suas estruturas de modo a servir os interesses coloniais.

Em relação aos Bijagós, seguramente por continuar a não confiar nos seus chefes tradicionais que se lhe opuseram durante muitos anos, a estratégia foi de criar a figura de Chefe de tabanca, sem no entanto esvaziar o essencial do poder do *oronhó* e dos *uam-moto*, donos da terra. Ao nível da tabanca, o conjunto dos órgãos representativos do poder tradicional manteve intactas as suas atribuições e competências. O sistema manteve-se intacto apesar de a comunidade passar a ser regida também pelas normas do direito positivo.

O *oronhó* foi substituído pelo *uam neguené* na sua função de ligação da comunidade com o exterior. Era esta entidade que servia de elo de ligação entre a tabanca e as autoridades administrativas coloniais ao mesmo tempo que

representava os interesses destas na comunidade. Enfim, o poder tradicional não foi aniquilado, mas foi-lhe imposta uma figura que lhe era estranha.

Com a independência política, contrariamente ao que aconteceu em relação às outras regiões, casos do Leste e do Norte, onde foram literalmente aniquiladas as estruturas do poder tradicional porque entendeu-se que se tinham aliado e colaborado em demasia com as forças coloniais durante a luta de libertação, o regime de Partido/Estado mantém no Arquipélago o poder tradicional vigente, mas, em substituição da figura de chefe de tabanca instituída pela administração colonial, cria o chamado Comité de Tabanca. Não houve alteração de fundo. Em termos de competência e de funções, este comité não passa de um representante dos interesses do Partido, de uma entidade que assegura a ligação com os órgãos do poder local do Estado, de um Estado cuja presença não se faz sentir ao nível da comunidade.

Muito circunstancialmente as autoridades administrativas locais convidavam os representantes do poder local a juntos se pronunciarem sobre a vida da comunidade, ao ponto de podermos afirmar que o que se fazia não passava de um mero aproveitamento político. O Estado só reconhece a existência das autoridades tradicionais quando pretende fazer uso delas, sobretudo para fins políticos.

A instituição de estruturas democráticas, marcada pela liberalização do sistema político do país, acentuou o enfraquecimento dos já magros poderes dos comités, que são cada vez mais contestados e têm cada vez menos espaço. Estes comités, estranhos às estruturas do poder tradicional, têm cada vez menos autoridade e, progressivamente, vão deixando de exercer o papel de interlocução. Em contrapartida, os *oronhós* reassumem a função de porta-vozes da comunidade junto das autoridades administrativas e de outras instituições do Estado, privadas e ONG e já são convidados a participar nas grandes decisões ao nível do Arquipélago. A criação da Reserva de Biosfera do Arquipélago Bolama/Bijagós e dos Parques das Ilhas de Orango e de João Vieira/Poilão testemunha a participação do poder local nas decisões assim como o relacionamento com o poder local do Estado.

Considerações Finais

Ao terminarmos este nosso estudo, é importante poder-se concluir da vastidão e da riqueza das fontes primárias e outras, existentes sobre os Bijagós de um modo muito geral. O volume das obras publicadas é simplesmente impressionante, pese embora o facto de poucos trabalhos terem sido realizados por guineenses, lacuna que nos propomos ir colmatando progressivamente.

O presente trabalho já apresenta a particularidade de parte significativa das informações nele contidas terem sido fornecidas e recolhidas pelos próprios Bijagós em circunstâncias bem precisas. São informações saídas de fontes próprias, fazendo dele um trabalho com características inovadoras.

A organização social esteve longe de ser abordada em todos os seus pormenores e ainda menos com a profundidade que se devia por razões que se prendem com o objectivo principal do estudo que é a estrutura e o funcionamento do poder. Questões como a iniciação, o casamento, as linhagens e as classes de idade não foram analisadas em toda a sua dimensão, tendo sido exploradas apenas os elementos que se apresentavam com maior ligação com a problemática do exercício do poder. Estes estudos permitiram-nos fazer algumas considerações das quais ressaltam as relações que existem entre o estatuto social do indivíduo e as funções que ele pode exercer na estrutura do poder, incluindo a sua hierarquização. Queremos com isto dizer que o nosso objectivo não foi o de fazer dele trampolim para passarmos ao tema principal do estudo, mas sim e antes de tudo, mostrar a grande ligação que existe entre a organização social e a organização política dos Bijagós.

Ficou demonstrado que existe efectivamente uma relação muito íntima e directa entre o cumprimento das normas e obrigações sociais e o acesso às diferentes estruturas do poder, enfim, entre a passagem pelos institutos sociais e o exercício do poder. Estes institutos e obrigações sociais e culturais são a iniciação, a assumpção da família, a capacidade de procriação, a honestidade e o amor ao trabalho.

Não será difícil constatar que sobre todos estes aspectos se registaram avanços substanciais em relação às informações que dantes circulavam nos meios académicos. O estudo fornece novos elementos relativos à abrangência e aos significados que encerram conceitos como *kabungha* ou *manrass*.

O termo *manrass* encerra afinal vários significados. Se dantes era tido apenas como a iniciação, como uma cerimónia de fanado, ele tem outras significações. Significa ainda colegagem, pessoas que partilham os mesmos momentos. A própria floresta onde decorrem as cerimónias de iniciação também se chama *manrass*.

As reflexões sobre o termo *kabungha* e sobre as classes de idade no geral permitiram igualmente dissipar uma grande confusão que existia: a idade não deve ser o único critério para a diferenciação dos grupos etários como tem sido feito até aqui, mas também e fundamentalmente, os ciclos de iniciação, as fases que compõem o processo de socialização do indivíduo.

O estudo apresenta não só as questões relacionadas com a estruturação do poder como também as competências de cada um dos órgãos que o constituem.

Ao invocar os órgãos do poder, fizemos referência aos *ogonné*, cujo critério de escolha dos membros continua a não ser do domínio público. Ficou bem esclarecida a função da *okinka*, que não passa de uma responsável pelo santuário dos espíritos dos antepassados - os *orebok*. Mais ainda, no que ao poder diz respeito, o estudo concluiu da possibilidade de o *oronhó* demitir-se das suas funções, que sempre foram tidas como vitalícias. Falamos não só dessa possibilidade, mas também da forma como se opera este abandono do cargo.

Em relação à autonomia política de cada tabanca a que os nossos predecessores se referiram em varias ocasiões, não conseguimos satisfazer os nossos ideais e as nossas ambições de investigação no sentido de fornecer mais matéria para análise, mas esperamos trazer à luz novos elementos nos próximos trabalhos. A conclusão preliminar a que chegámos é que esta autonomia é relativa, como ficou patente quando foi da investidura e das cerimónias fúnebres dos dois *oronhós* da ilha de Bubaque.

Este é apenas um pontapé de saída no estudo destas questões e esperamos ter aberto as portas para novas reflexões, assim como ter interessado outros investigadores guineenses para o estudo dos Bijagós.

Ilustrações



Vista duma tabanca

Foto: Petra MacGowen



Crianças grupo etário Kadene

Foto: Petra MacGowen



Raparigas grupo etário Kampune

Foto: Hélio-Van Ingen/FIBA



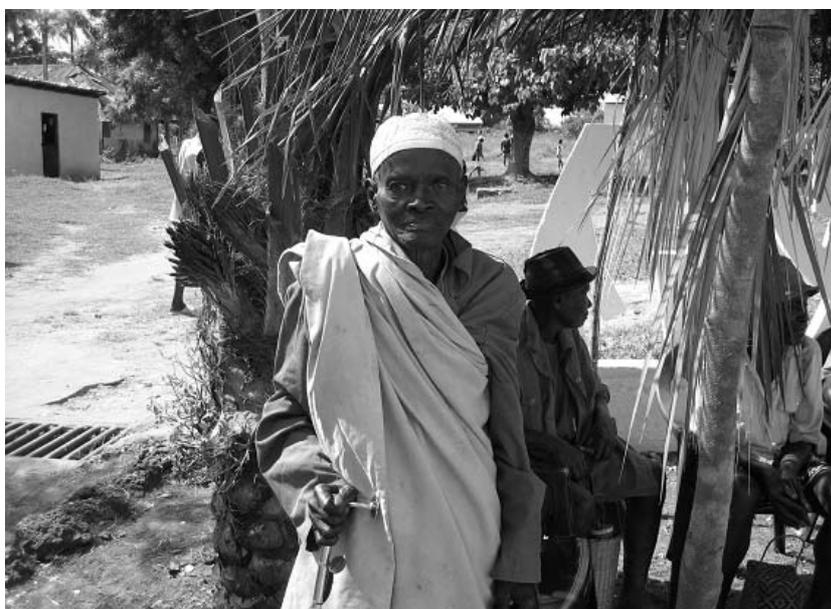
Mulheres grupo etário Kadjonas da ilha de Formosa

Foto: Petra MacGowen



Mulheres grupo etário Kadjonas da ilha de Formosa

Foto: Petra MacGowen



Homem grande grupo etário Kabungha

Fotos: Petra MacGowen



Vista dum mato de iniciação em Formosa

Foto: Petra MacGowen



Balobeiros da ilha de Bubaque

Foto: Petra MacGowen



Vista duma tabanca ao pôr-do-sol

Foto: Petra MacGowen

Os Bijagós: Estrutura e Funcionamento do Poder



Raparigas bijagós na investidura do Oronho de Bubaque

Foto: Leonardo Cardoso



Acto de investidura do Oronho de Bubaque

Foto: Leonardo Cardoso



Casa simbolizando o poder do Oronho de Bubaque *Foto: Leonardo Cardoso*

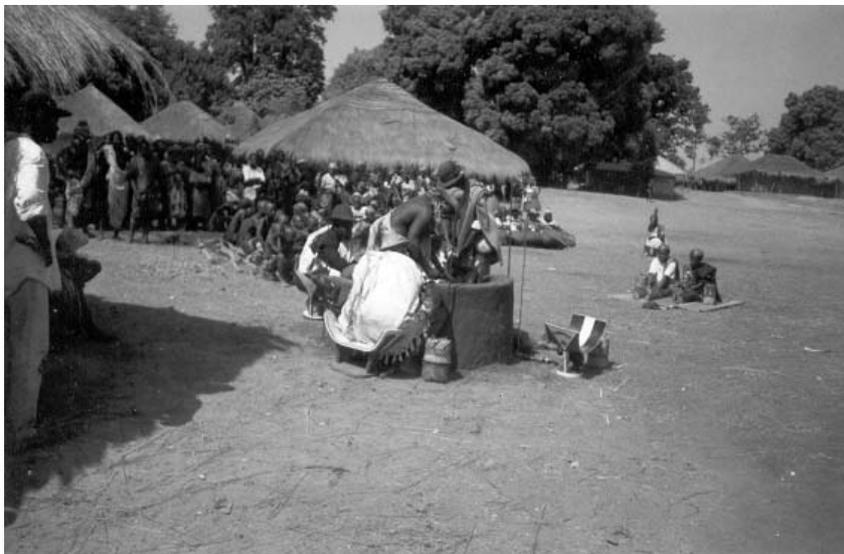


Colectivo de Oronhos durante a cerimonia de investidura em Bubaque
Foto: Leonardo Cardoso



Oronho recém investido e sua esposa com símbolo de realeza à frente

Foto: Leonardo Cardoso



Uma fase de investidura do Oronho de Bubaque

Foto: Leonardo Cardoso



Mulheres possuídas pelos espíritos no acto de investidura do Oronho, Bubaque

Foto: Leonardo Cardoso



Okinkas de Bubaque no acto de investidura

Foto: Leonardo Cardoso



Notas

- 1 *Proposition d'un Plan d'aménagement de la Réserve de la Biosphère de l'Archipel des Bijagós*, vol. I, pp. 15-18.
- 2 Recenseamento geral da população e habitação de 1991, Repartição espacial da população e migração. Análise, vol. IV, 1996, p. 19.
- 3 Província da Guiné- Censo da população de 1950, vol. II, População não civilizada, p. 17.
- 4 Ver relação muito detalhada no trabalho de Christine Henry (1991) : *Rapports d'Age et de Sexe chez les Bijogo (Guinée-Bissau), thèse présentée en vue du grade de docteur de l'université de Paris X*, p. 284 e seguintes.
- 5 A palavra *djorçon* equivale ao termo *linhagem* em língua portuguesa e significa grupo de indivíduos com a mesma ascendência e com relações consanguíneas. Como se pode constatar pelo seu significado, não tem nada a ver com o termo *geração*.
- 6 Os Tandas constituem dos grupos étnicos menos numerosos no actual território da Guiné-Bissau. Vivem predominantemente no Senegal Oriental e na Guiné-Conakry. Do ponto de vista étnico, cultural e religioso, são muito próximos dos Bassaris.
- 7 Sobre este assunto há mais informações no relatório de consultoria "Gestão tradicional dos espaços e recursos naturais da região de Bolama-Bijagós", realizado por Renato Rivaben de Sales em 1994.
- 8 Ver mais detalhes sobre os critérios que estiveram na base desta classificação na *Proposition d'un Plan d'Aménagement de la Réserve de la Biosphère de l'Archipel de Bijagós*, vol. 1.
- 9 *lébótake* significa pessoas que moram juntas. Não existe uma palavra, em concreto.
- 10 O termo *manrass*, até então conhecido na literatura sobre os Bijagós com o significado de fanado ou de iniciação, é muito mais abrangente. *Manrass* é ainda a expressão pela qual os Bijagós designam o lugar (a floresta) onde ocorre o fanado. Este tem uma designação específica. *Manrass* significa ainda colegagem ou seja, o grupo de idade. Porém, o significado mais vulgar por que é conhecido é a iniciação e será com esta significação que será mais utilizado.
- 11 Ver as classificações feitas por estes autores no trabalho de A. Carreira "Organização social e económica dos povos da Guiné", publicado no BCGP n.º 64,1961, pp. 668-670.
- 12 Acção que consiste em os jovens rapazes e raparigas bijagós cumprirem com as suas obrigações sociais perante os mais velhos. Nesta cerimónia que geralmente ocorre longe do olhar das pessoas em casa, os jovens dão de comer e beber aos mais velhos e ainda sujeitam-se a surras para fazerem prova de valentia. As jovens raparigas fazem, entre outras coisas, a revelação de vários segredos.

- 13 O termo *manrass* é aqui utilizado com o sentido de período de reclusão na floresta.
- 14 Mais informações sobre os poderes mitológicos de cada *djorçon* podem ser encontradas na “Brochura de Divulgação da RBABB”, Bissau , pp. 7 e 8. Segundo algumas fontes orais, esta relação das *djorçons* com o mar, com o céu ou com a terra pode variar de ilha para ilha.
- 15 *Kanhevoke* ou *kanhoke* corresponde aquilo que vulgarmente é considerado por fanado propriamente dito, isto é, o ritual que acontece durante o período de reclusão na floresta, depois de todo um processo em que os jovens devem provar estar aptos a serem indivíduos de pleno direito e conhecedores das normas de conduta e das leis que regem o homem e a sociedade bijagós. É conhecido comumente por *manrass*, mas este termo, como vimos anteriormente, encerra outros significados.
- 16 Termo que serve para designar homem ou mulher que leva a vida com vários parceiros. Não existe uma única palavra com a significação de adultério. Nas condições de uma pessoa ser casada o *ossadok* é um adultério.
- 17 A duração do período de reclusão varia muito de zona para zona e até pode depender das circunstâncias. Há casos em que dura um a dois meses, noutros vai até os três, aos seis meses ou até mesmo um ano.
- 18 Sobre esta matéria, importantes são as contribuições dadas por autores como Carlos Lopes (1986), Diana Handem (1986), Raúl Fernandes (1989, 1993), Mamadú Jao (1996 e 2004), Clara Carvalho (2005) e outros, cujas obras se encontram publicadas na revista *Soronda* do INEP.
- 19 Todos os representantes dos órgãos e estruturas do poder na sociedade bijagó têm mandato vitalício.
- 20 Objecto de forma quase oval, alongado, feito de madeira, escavado no interior, com uma abertura a todo o seu comprimento. É conhecido e utilizado por todos os grupos étnicos ditos animistas ou que professam os cultos tradicionais, com funções de meio de comunicação e de instrumento musical. Emite sons codificados que só são perceptíveis por pessoas iniciadas. Estes sons são audíveis a grandes distâncias, podendo atingir alguns quilómetros.
- 21 Contado pelo Padre Luigi Scantamburlo, o *Oronhó* Pereira (já falecido) da tabanca de Meneque, da ilha de Canhabaque, chegara a um acordo com as autoridades formais no sentido de se instalar uma escola na localidade. Por os anciãos não terem sido informados previamente e/ou por discordarem com tal decisão, esta escola nunca se chegou a construir.
- 22 Algumas destas informações foram extraídas de um rascunho incompleto e preliminar do trabalho realizado por C.C. Maretti com a colaboração dos agentes de ligação da RBBB Filipe Cardoso, Mário André e Fernando Alves, enquanto que outras são o resultado dos trabalhos de terreno realizados pelo coordenador deste trabalho.
- 23 *Kamabi* corresponde à classe de idade à qual um indivíduo ascende logo após a iniciação, seja ele rapaz ou rapariga. É a fase em que começa a gozar de plenos direitos, embora tenha que passar necessariamente por outras. O direito ao usufruto dos direitos plenos conquista-se de forma progressiva.

Bibliografia

- A Construção da nação em África - Os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR, INEP, Bissau, 1989.
- Almada, André Alvares de (1594) – *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde, dês do rio de Sanaça até os baixos da Santa Ana*, ed. António Brásio, L.I.A.M., Lisboa, 1964.
- ÁLVARES, Manuel – *Etiópia menor e descrição geográfica da província da Serra Leoa*.
- Aron, Raymond – *As etapas do pensamento sociológico*, 3ª edição, 1998.
- Balandier, Georges – *Antropologia política*, Lisboa, 1987.
- Brásio, Pe. António (1616) – *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental*, vols I, II e III.
- Cadamosto, Luís de (1455-1457) – *Relation des voyages à la Côte Occidentale d’Afrique*.
- Campredon, Pierre, A. Rachid Said, F. Cardoso, H. F. Pereira – Brochura de divulgação da RBBB.
- Carreira, António – “A organização social e económica dos povos da Guiné”, in *BCGP*, n.º 64, Bissau.
- Carreira, António – “População autóctone segundo os recenseamentos para fins fiscais, C. de Bolama, Bijagós e Cacheu”, in *BCGP*, n.º 65, Bissau, 1962.
- Carvalho, Clara de – *Ritos de poder e a Recriação da tradição. Os régulos manjaco da Guiné-Bissau*. ISCTE, Lisboa, 1998.
- Donelha, André (1625) – *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, ed. Avelino Teixeira da Mota e P.E. Hair, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Estudos de Cartografia Antiga, 19, Lisboa, 1977.
- Durkheim, E. – *De la division du travail social*, Paris, Alcan, 1983, 1ª edição ; Citado segundo a 7ª edição, Paris, PUF, 1960, que contém prefácio acrescentado por Durkheim à segunda edição e intitulado «Algumas observações sobre os grupos profissionais».
- Fernandes, Raúl – “O espaço e o tempo no sistema político bidjogó”, in *Soronda*, n.º 8, INEP, Bissau, 1989.
- Fernandes, Raúl – *La Problématique du Changement de la Structure Familiale Chez les Bidjogos. Mémoire de Maitrise*, 1983/84, Université de Paris VIII.
- Handem, Diana L. – “A luta de libertação e a formação da nação guineense”, in *A Construção da nação em Africa - os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. INEP/CODESRIA/UNITAR, 1989.
- Henry, Christine – *Rapports d’age et de sexe chez les Bijogo (Guinée-Bissau)*. Paris, 1991.
- Jao, Mamadú – “Os poderes ‘tradicionais’ no período de transição”, in *Pluralismo político na Guiné-Bissau - uma transição em curso*, INEP, Bissau, Outubro de 1996.
- Lemos Coelho, Francisco de (1669-1684) – *Duas descrições seiscentistas da Guiné*, ed. Damião Peres, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1953.

Os Bijagós: Estrutura e Funcionamento do Poder

- Lopes, Carlos – “A questão nacional e a Guiné dita ‘Portuguesa’ ”, in *A Construção da nação em África - os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*. INEP/CODESRIA/UNITAR, 1989.
- Maretti, Cláudio C. – *Comunidade, Natureza e Espaço: Gestão territorial comunitária? Arquipélago dos Bijagós, África Ocidental.*, S. Paulo, Brasil, 2001.
- PNUD – *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 2001.
- Proposition d’un Plan d’Aménagement de la Réserve de Biosphère de l’Archipel de Bijagós*, vols. I, II e III.
- Província da Guiné, Censo da população de 1950, vol. II, População não civilizada.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt – *Manual de investigação em ciências sociais*, Trajectos, Gradiva, 2ª edição, 1998.
- Recenseamento Geral da População e Habitação de 1991, vol. IV, Bissau, 1996.
- Ribeiro, Rui, L. Cardoso, D. Fernandes e A. Sow, *Estado moderno e poder tradicional*. INEP, Bissau, 2001.
- Quintino, Fernando Rogado – “Sobrevivência da cultura etiópica no Ocidente Africano”, in *BCGP* n.º 65, Bissau, 1962.
- Quintino, Fernando Rogado – “Os povos da Guiné”, in *BCGP*, n.º 81, 1966.
- Quintino, Fernando Rogado – “Os povos da Guiné”, in *BCGP*, n.º 96, 1969.
- Sales, Renato R., *Gestão tradicional dos espaços e dos recursos naturais da região Bolama-Bijagós*, Sao Paulo, 1994.
- Santos Lima, Augusto – “Os Bijagós e o regime do matriarcado”, in *BCGP* n.º 7, 1947.
- Scantamburlo, Luigi – *Etnologia dos Bijagós da ilha de Bubaque*. ICALP/INEP, Bissau, 1991.
- Teixeira Da Mota, Avelino – Prefácio da Memória do CEGP n.º 2, *Organização Económica e Social dos Bijagós* de A. Santos Lima, 1947.